

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE – CAXIAS
DO SUL - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Pregão Eletrônico N° 90028/2025 (Lei 14.133/2021)

MZ SEGURANÇA PRIVADA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada no processo licitatório em epígrafe, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, por meio de sua representante legal, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra o julgamento que declarou aceita e habilitada do processo a empresa **BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANCA LTDA RS**, com fulcro no art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002, e pela Lei nº 14.133/2021, pelos fundamentos expostos a seguir.

Requer-se, desde já, caso ultrapassado o juízo de retratação, o recebimento das presentes razões de recurso, na forma prevista em lei, com seu encaminhamento, devidamente informado, à autoridade competente para a devida apreciação, requerendo a total e completa procedência, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

RAZÕES RECURSAIS

I – RESUMO FÁTICO

A – A empresa RECORRENTE no intuito de participar da licitação, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PE 90028/2025, nessa Autarquia, depositou no sistema do portal www.comprasgovernamentais.gov.br os documentos e propostas conforme o exigido no Edital;

B- Após a etapa de lances restou ARREMATANTE a empresa JUMPER SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA;

C- Após a empresa JUMPER SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, remeter planilha de custos e formação de preços e os documentos via sistema, esta foi desabilitada por apresentar proposta inexecuível.

D- Classificada em segundo lugar a empresa BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA após remeter planilha de custos e formação de preços e os documentos via sistema, restou aceita e habilitada equivocadamente por este(a) Pregoeiro(a), devido os fatos e fundamentos a seguir expostos.

II –DOS FATOS

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto –SAMAE - instaurou Processo Administrativo de Licitação, na modalidade Pregão On line PE nº 90028/2025, destinado à contratação de empresa para prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial Armada, executados de forma contínua; mediante a disponibilização de vigilantes, armamentos, materiais, equipamentos e utensílios necessários, conforme edital, termo de referência e seus anexos.

Decorrida a etapa competitiva de lances, e após a desclassificação da empresa JUMPER, foi chamada como segunda colocada para apresentar a documentação e dando sequencia no certame. Tendo sido arrematante a empresa BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, sendo declarada aceita e habilitada.

Inconformada com o julgamento proferido em frontal desacordo e em flagrante conflito com o instrumento convocatório e legislação aplicável, não nos restou outra alternativa, se não a interposição do presente recurso, com vistas a garantir a prevalência da legalidade e a obediência aos princípios que regem os processos licitatórios, principalmente no que **pese as irregularidade que permeia a proposta e planilha de custos e formação de preços, vinculadas a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, e CLT.**

III– DAS RAZÕES DO RECURSO

O preâmbulo do Pregão Presencial nº PE 90028/2025, define quais são as legislações aplicáveis ao certame, citando, a Lei 14.133/2021, que traz em seu Art. 11, o qual destacamos:

O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

O Processo licitatório está baseado entre várias premissas, com destaque a do melhor preço e da igualdade de competição entre os licitantes, tudo alicerçado nos princípios da Administração Pública.

Ocorre que no pregão Eletrônico nº PE 90028/2025, conforme detalhamentos elencados e análise da documentação e proposta de preços ofertada, deixou de ser observado, de forma grotesca, itens básicos e obrigatórios que devem compor os preços de serviços de mão de obra.

Em específico dos serviços de vigilância armada, no caso em tela deste pregão e recurso ora interposto. Esses valores que deixaram de constar na formulação dos preços da empresa vencedora, possuem ligação direta com a documentação que deve e foi apresentada, porque se baseia na legislação trabalhista e na Convenção Coletiva de Trabalho, formando uma única unidade de processo licitatório.

Ou seja, na análise para fins de habilitação, deve ser levada em consideração a planilha de custos e formação de preços, com documentos,

como fap, CCT e CLT, decreto de vale transporte, ou seja, a análise deve ser **global**.

Nesta licitação em epígrafe não se observou esta análise criteriosa do que realmente compõe os custos do processo. Esta falta de análise global infringiu diretamente o que preceitua a Lei nº 14.133/2021, especialmente no Artigo 11º, o qual destacamos:

O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

Importa frisar que a falta de contemplação de itens de remuneração na planilha de custos, a qual reflete o contra cheque do funcionário, prejudica diretamente o “ciclo de vida do objeto”, ora licitado. Pois está evidente a consequência de repercussão negativa no funcionário terceirizado.

Se as empresas não cotarem o que a lei determina e suprimirem da planilha de custos e formação de preços os itens obrigatórios, fica evidenciado o desequilíbrio na disputa, é evidente que seu preço ficará mais baixo e sairá vencedora do certame, afrontando de forma inequívoca o equilíbrio na disputa, e conseqüentemente a Administração Pública, proponente deste certame, não pode e nem deve se omitir a isso.

Vejamos:

A Empresa Betron, em face de habilitação, apresenta vários componentes, em desacordo com a legislação vigente e afrontando claramente o edital, no que diz respeito aos seguintes itens:

1. A cotação do adicional noturno se deu de apenas 7 hs e não 8 hs, que deveria ter sido cotada, conforme legislação vigente:

Embora a empresa vencedora do certame tenha declarado em planilha, essa supressão apresentada, serve apenas para a hora extra reduzida noturna, ainda que de forma não pacificada na legislação trabalhista, não se aplicando para o adicional noturno, pois este for força de lei **deve ser de 8 hs.**

Esta supressão interposta pela vencedora, nesta rubrica representa um valor a menor de R\$ 96,99 + 30% de periculosidade, com reflexos em encargos sociais, 13º, Férias e Rescisões.

Esta supressão demonstra, que este valor não será repassado ao empregado vigilante, infringindo diretamente a legislação vigente, **passível de reclamatória trabalhista**, pois não estará contemplado no pagamento das verbas remuneratórias.

2. A não cotação de Seguro de Vida em Grupo:

De acordo com a CCT nº 000813/2025, na cláusula 33ª. Este item está amplamente amparado na CCT ora vigente de Caxias do Sul, o que representa obrigatoriedade as empresas pagar este custo, justamente por ser este seguro que ampara esta função de “vigilante” com risco, ora licitada.

3. Não houve cotação de vigilante para fazer as rendições dos postos diurnos e noturnos:

Se não é cotado o valor do intervalo intra-jornada, deve ser cotado o valor do vigilante responsável pelas rendições. O valor desta hora do vigilante horista para cobrir as rendições, também sofre todos os reflexos da periculosidade, encargos sociais, 13º, férias e rescisões.

Outra situação não menos importante, é que a grande maioria dos postos de trabalho ficam distantes da cidade de Caxias, os custos com o

deslocamento de viaturas e de combustível para cobrir essas rendições ultrapassam, em muito o previsto pela empresa vencedora.

A não previsão destes custos na execução do referido contrato, representa aproximadamente uma diferença mensal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) anuais.

Vejamos Senhor Pregoeiro:

Os recursos em licitações e em especial este, visa assegurar a administração para que faça uma reanálise de tudo aquilo que por ventura na análise dos documentos não tenham sido constatados. Ficou claro que na análise da documentação em relação ao preço praticado pela empresa vencedora neste pregão a Administração não detectou o que apontamos, fatores esses que por manobras dentro da planilha, ocultam e visam confundir a administração para justificar o preço inexecutável ora proposto.

Ainda há que se esclarecer em análise minuciosa, que a Empresa ora arrematante, **desconhece o objeto ora ofertado, não possui pleno conhecimento das peculiaridades do objeto, e não fez análise das condições inerentes à natureza do serviço e das condições do local. Assim como as condições técnicas do referido contrato e seus anexos, demonstrando não levar em consideração a situação dos postos de trabalho que deveriam ser aferidas “ in loco”. O que reforça a inexecutabilidade de sua proposta.**

Estas situações de itens OBRIGATÓRIOS, NÃO CALCULADOS NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, que estão camufladas e agora, neste recurso, apresentados por esta recorrente, trás a tona a seguinte realidade, que merece análise pormenorizada deste licitante.

A competitividade e igualdade de participação entre os licitantes está prejudicada, devido a empresa vencedora ter cometido erros insanáveis, ao deixar de cotar o que prevê a legislação vigente. Pois se esta Empresa ora vencedora, adequar a planilha de custos e formação de preços, contemplando todos os itens previstos na legislação vigente, e Convenção Coletiva de Trabalho, o preço se torna totalmente inexecutável.

A administração Pública não pode e nem deve compactuar com essas práticas, de habilitar uma Empresa vencedora do certame, somente e unicamente pelo menor preço global, apresentado no lance, sem levar em consideração, uma análise detalhada e profunda dos instrumentos legais, que perpassam para o final que é o custo do objeto licitado: “não se pode fugir a obviedade e a legalidade.”

Neste contexto, assevera o grande doutrinador, JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar acerteza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. (...) Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, admissão de documento ou afixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante.

Também por esse prisma é o entendimento eminente HELY LOPES MEIRELLES, que assevera:

A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.

Ainda neste sentir, MARIA SYLVIAZANELLI PIETRO coleciona que **o edital deve ser cumprido:**

Pela licitação, a Administração abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de apresentação de proposta. Quando a Administração convida os interessados pela forma de convocação prevista em lei (edital ou carta-convite), nesse ato convocatório vêm contidas as condições básicas para participar da licitação, bem como as normas a serem observadas no contrato que se tem vista celebrar; **o atendimento à convocação implica a aceitação dessas condições por parte dos interessados. Daí a afirmação segundo a qual o edital é a lei de licitação e, em consequência, a lei do contrato. Nem a Administração pode alterar as condições**, nem o particular pode apresentar proposta ou documentação em desacordo com o exigido no ato da convocação, sob pena de desclassificação ou inabilitação, respectivamente.

Sr. Diretor-Presidente do SAMAE de Caxias do Sul, o presente recurso visa a combater e reformar a decisão proferida pelo Sr. Pregoeiro da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90028/2025, onde a empresa, BETRON

TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA, **foi indevidamente aceita e habilitada.**

Nesse diapasão, assevera-se que o insucesso na prestação dos serviços ora licitados gera consequências gravíssimas para a Administração Pública, isso porque classificar e manter classificada licitante que não comprova a exequibilidade de sua proposta, nos termos estabelecidos na Lei, configura omissão culposa da Administração (culpa in elegendo), que é assim conceituada pela respeitada doutrina da Desembargadora Alice Barros Monteiro do TRT3:

A reformulação da teoria da responsabilidade civil encaixa-se como uma luva na hipótese da terceirização. O tomador dos serviços responderá na falta de previsão legal ou contratual, subsidiariamente, pelo inadimplemento das obrigações sociais a cargo da empresa prestadora de serviço. Trata-se de uma responsabilidade indireta, fundada na ideia de culpa presumida (in eligendo), ou seja, na má escolha do fornecedor da mão-de-obra e também no risco (art. 927, parágrafo único, do Código Civil de 2002), já que o evento, isto é, a inadimplência da prestadora de serviços decorreu do exercício de uma atividade que se reverteu em proveito do tomador.

Ou seja, a má-escolha atrai a incidência do enunciado nº 331/TST, razão pela qual os trabalhadores lesados pela má prestadora de serviços cobrarão indenizações e salários atrasados, acrescidos de juros e honorários advocatícios, da Administração Pública.

E mais, tratando-se de terceirização de serviços, consoante será doravante demonstrado, há dever do administrador em se acautelar de garantias mínimas, sob pena de a Administração Pública incorrer em culpa in

eligendo, atraindo para si a responsabilidade subsidiária prevista no enunciado nº 331 da súmula do C. TST.

Como se depreende do acima exarado e, por força de norma constitucional de ordem pública, para que se possa selecionar a proposta mais vantajosa, além do critério do preço, a Administração deve estabelecer previamente requisitos mínimos para se resguardar, garantindo que as proponentes cumpram as obrigações assumidas.

Desta forma, face ao narrado neste, não resta outra alternativa para o Sr. Diretor-Presidente e Sr. Pregoeiro do SAMAE de Caxias do Sul se não desclassificar a proposta de preços da empresa declarada julgada e habilitada, em razão do evidente descumprimento de itens claros e expressos do edital, o que implica na total insegurança em relação ao adimplemento dos direitos trabalhistas dos futuros funcionários, o que fere e macula a validade da proposta, sob pena ainda de ferir de morte os princípios da legalidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Para fins de didática recursal, colacionamos o teor da Súmula 473 do STF:

“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

IV–DO PEDIDO

Por todo exposto, para que não se consolide uma decisão equivocada, lembrando o próprio dever de se evitar o ônus de eventual demanda judicial, a empresa MZ SEGURANÇA PRIVADA LTDA, **requer**:

a) O recebimento e provimento do presente recurso administrativo, para declarar a **desclassificação da empresa BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA**;

b) O encaminhamento do presente recurso administrativo para instância superior, caso não seja realizado, o juízo de retratação, o que se admite apenas como argumentação, para que então, se proceda a reforma da decisão.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Porto Alegre/RS, 13 de maio de 2025.

MZ SEGURANÇA PRIVADA LTDA
CNPJ 13.624.934/0001-46
Liamara Solange Mezomo
Sócia Administradora
CPF 474.822.490-87